

2

Novos desafios: resistência popular e solidariedade eclesial

Introdução

Durante a preparação do Vaticano II, João XXIII expressava sua inquietação prioritária: como anunciar o Evangelho no mundo de hoje²⁰⁶? O que fazer para que a Igreja seja, no presente, sinal visível do Reino? O cardeal Landázuri, um dos presidentes da Conferência de Medellín, ao referir-se ao tema dos “sinais dos tempos”, disse: “o povo de Deus que vive e sofre nestas terras quer dizer de si mesmo, por fidelidade ao Senhor, que deseja servir a humanidade e por isso quer perscrutar nos sinais dos tempos o que o Espírito deseja da Igreja. Somente assim o povo de Deus será, nestas jornadas da história, sinal hasteado entre as nações”²⁰⁷.

Demonstrando todo seu otimismo, João XXIII afirmava que “a recomendação de Jesus de saber distinguir ‘os sinais dos tempos’ (cf. Mt 16,1-4), em meio a espessas trevas, são alguns indícios que parecem anunciar-nos tempos melhores para a Igreja e para a humanidade”²⁰⁸. A solidariedade exige da Igreja uma atitude de escuta e de discernimento dos sinais dos tempos como método de aproximação da realidade histórica em que vive o povo.

A aproximação da realidade histórica do momento presente deve estar sempre aberta às mudanças que estão acontecendo. A Igreja da AL tem seguido esta orientação. As aspirações e clamores do povo são sinais que revelam o projeto de Deus concretizado plenamente no amor de Cristo constituído em fundamento da solidariedade humana e fraterna. As Conferências de Medellín e Puebla foram uma tentativa de ler, à luz do Evangelho e das orientações do Concílio, na vida dos povos latino-americanos, o que o Espírito queria dizer à Igreja para que se mantivesse fiel ao anúncio oportuno e eficaz do Reino de Deus.

Os textos conciliares e a *Populorum Progressio* exerceram papel importante no espírito e nos documentos de Medellín e Puebla, mas os novos rumos tomados

²⁰⁶ Cf. João XXIII, Constituição apostólica “*Humanae Salutis*”, In: A. ALBERIGO, *Profezia nella fedeltà*. Brescia, Queriniana, 1978, p. 345.

²⁰⁷ Cardeal Landázuri, *Discurso inaugural* da Conferência de Medellín, in: G. GUTIÉRREZ, *Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? (Anexo do texto oficial das Conclusões da Conferência de Medellín – 1968)*, São Paulo, Paulinas, 1998, p. 242, nota 6.

²⁰⁸ João XXIII, “*Humanae Salutis*”. In: A. ALBERIGO, *op.cit.*, p. 346.

em cada Conferência são conseqüências da confrontação com a dura realidade da pobreza neste continente.

A segunda metade da década de 1960 não dava margem para otimismo na AL. Medellín denunciava a dura realidade de injustiças cometidas contra os direitos humanos e valorizava as sementes de libertação que germinavam em todo o continente.

Puebla e Santo Domingo continuam na leitura dos sinais dos tempos, assumindo o tempo presente com muita criatividade e responsabilidade, possibilitando a ampliação da solidariedade da Igreja ao povo latino-americano.

Estas três célebres Conferências (Medellín, Puebla e Santo Domingo) possibilitaram que a mensagem do Vaticano II e o discernimento dos sinais dos tempos entrassem no dia a dia da vida da Igreja e em seu compromisso solidário com os mais necessitados. Os documentos dos episcopados nacionais, as reuniões eclesiais e o compromisso da Igreja no decorrer destes últimos anos comprovam a relevância que tem a perspectiva de reorientar continuamente sua ação evangelizadora na AL²⁰⁹, a partir das novas conjunturas e dos novos desafios.

2.1 Nova conjuntura e novos desafios

Entre os novos desafios que a Igreja do Brasil e AL vem enfrentando, encontramos o aumento da população, apesar da campanha pelo controle da natalidade, o êxodo rural associado ao crescimento das grandes cidades, a estagnação da economia, a redução do emprego, no campo e na cidade, em conseqüência da implantação de novas tecnologias, os baixos salários, a má distribuição de renda, a exploração do trabalho infantil, o aumento da pobreza, da miséria, da violência e da criminalidade, a dependência político-econômica (dívida externa) e a falta de perspectivas para a transformação da realidade.

O século XX deixou como herança guerras, genocídios, altos investimentos em armas com enorme poder de destruição, explosões de bombas atômicas e destruição de cidades. Milhões de vítimas sofrem ainda hoje a violência da miséria, da fome e de todo tipo de injustiças.

Por causa da perversa distribuição de renda, há no Brasil, conforme fontes oficiais, 44 milhões de pobres e 11 milhões passam fome todos os dias, enquanto

²⁰⁹ Cf. G. GUTIÉRREZ, A atualidade de Medellín, In: *Conclusões da Conferência de Medellín – 1968*. São Paulo, Paulinas, 1998, p. 244.

alguns privilegiados persistem num consumismo abusivo. Um estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre o “Panorama Social da América Latina 2000-2001”, situa o Brasil como o país de pior distribuição de renda nas Américas. Esta perversa desigualdade social é um fator determinante para os elevados níveis de pobreza²¹⁰.

As desigualdades sociais aumentam em consequência da globalização do mercado que concentra riqueza e poder nas mãos de uns poucos e tentam se autojustificar distribuindo migalhas aos excluídos do processo produtivo do campo e da cidade. A globalização do mercado vem degradando a natureza, causando desastres ecológicos que ameaçam a vida e multiplicando o número dos excluídos condenados ao êxodo, ao exílio e à deterioração física e psíquica²¹¹.

O início deste novo milênio tem sido marcado pelo crescimento do terrorismo internacional organizado. O crescente número de seqüestros, assaltos, assassinatos e chacinas espalha insegurança, tristeza e pânico na população. A escalada de violência promovida pelas organizações do tráfico de drogas, pelas organizações terroristas e pelos países poderosos, que promovem a guerra suja contra inocentes sem condições de se defenderem, aterroriza o mundo. Este tempo de crise tem trazido para a Igreja um grande desafio: fazer com que o mundo creia em sua mensagem de esperança, justiça e paz²¹².

Está havendo um processo de degradação da dignidade humana, dos valores morais na vivência conjugal e familiar e de corrupção na vida política e econômica. Nos experimentos científicos e genéticos, os parâmetros éticos não são mais levados em conta, com total desrespeito à dignidade humana²¹³. O ser humano é tratado como simples objeto.

A herança dos grandes progressos científicos e tecnológicos no campo da medicina, da informática, da comunicação, do comércio e da cultura traz a possibilidade de se criar novas formas de relacionamento harmonioso entre os grupos humanos, etnias, culturas, religiões e nações. Há recursos para superar muitas dificuldades. O que falta é um espírito solidário e evangélico para a

²¹⁰ Cf. I. LESBAUPIN, e A. MINEIRO, *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis, Vozes, 2002, p.54-55.

²¹¹ Cf. Documentos da CNBB, 69. *Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome*, São Paulo, Paulinas, ed. 5, 2002, n. 5.

²¹² Cf. *Ibidem*, n. 6.

²¹³ Cf. *Ibidem*, n. 7.

renúncia de privilégios e disposição para se libertar do egoísmo e do consumismo²¹⁴.

De outro lado, percebemos sinais de uma Igreja solidária que, a exemplo de Jesus Cristo, olha para as multidões empobrecidas com compaixão, buscando resgatar a dignidade dos “caídos à beira do caminho” desta AL.

2.1.1

O neoliberalismo

O neoliberalismo aparece como a principal causa da situação descrita acima. Nestes últimos anos, o Brasil e a AL entraram definitivamente na economia globalizada. Esta é defendida e justificada pela ideologia do neoliberalismo²¹⁵. Entre as conseqüências positivas da globalização, é preciso reconhecer a eficiência da comunicação entre as diversas partes do mundo, o que tem levado à superação das distâncias e o aumento da produção econômica com o desenvolvimento tecnológico. Quando, porém, a globalização é regida pelas leis do mercado e a serviço dos poderosos, o resultado é o desemprego em massa, a deterioração dos serviços públicos, a destruição do meio ambiente e o abismo cada vez mais acentuado entre ricos e pobres²¹⁶. Os latino-americanos sofrem estas conseqüências.

Como se vê, a submissão dos países da AL ao processo de globalização neoliberal aprofundou as desigualdades, e a tendência é aumentar a exclusão. “A iniquidade deste sistema consiste em conferir prioridade ao mercado, ao lucro, ao capital financeiro, em vez de reconhecer e promover, em primeiro lugar, a dignidade da pessoa e o acesso dos pobres a níveis condignos de alimentação, trabalho, moradia, saúde, educação e lazer”²¹⁷.

O mercado financeiro domina cada vez mais a economia mundial em detrimento das necessidades básicas das grandes maiorias. Nos países latino-americanos e do Terceiro Mundo, a concentração de renda e o aumento da exclusão têm submetido o povo ao desemprego, à fome e ao descaso das autoridades políticas.

²¹⁴ Cf. *Ibidem*, n. 9.

²¹⁵ Na Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in America*, 56, João Paulo II define o Neoliberalismo como um “Sistema que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis do mercado como parâmetros absolutos em detrimento da dignidade e do respeito da pessoa e do povo”.

²¹⁶ Cf. Documentos da CNBB, 61, *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil (1999-2002)*, n. 121. São Paulo, Paulinas, 1999.

²¹⁷ Documentos da CNBB, 69, n. 15.

Analistas mais críticos prevêem a continuação do desemprego, do subemprego e dos empregos sem estabilidade nos próximos anos, em decorrência de tecnologias industriais avançadas e menos necessidade de mão-de-obra, bem como de políticas econômicas que valorizam o capital mais que o trabalho²¹⁸.

A corrupção de várias lideranças políticas, a impunidade que favorece a esta cultura, o desvio de recursos públicos, o tráfico de drogas e outras formas de crime organizado têm contribuído para aumentar a miséria da população, além de gerar violência e um clima de insegurança no meio do povo.

2.1.2

Alguns efeitos da economia neoliberal

Entre os efeitos nocivos da economia neoliberal, no Brasil e AL, pode-se constatar o enfraquecimento da democracia. A propaganda da ideologia neoliberal espalha sobre o povo uma “cortina de fumaça”, dificultando sua participação nas decisões que definem o destino dos bens produzidos. A privatização dos patrimônios nacionais e os cortes orçamentários vêm trazendo prejuízos aos programas sociais que poderiam beneficiar aos pobres. A desigualdade social, o aumento da violência, o desemprego em massa e o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora, são alguns dos efeitos nocivos da economia neoliberal.

2.1.2.1

Enfraquecimento da democracia

A verdadeira democracia está em risco nos países pobres ou em vias de desenvolvimento devido a esta avassaladora investida da globalização que procura autojustificação a qualquer preço. A participação política do povo tem sido dificultada devido à fragmentação da sociedade civil, à complexidade da administração pública, à ineficiência do Estado em muitas áreas e ao analfabetismo político de grande parcela da população. O povo fica dividido e tende a virar um mero espectador de tudo o que acontece. Às vezes reclama, “atira para todos os lados”, mas não tem uma opção clara e definida sobre o que fazer para mudar a situação. Os grupos economicamente fortes aproveitam-se desta situação para aumentar seus lucros às custas dos empobrecidos.

O domínio da economia sobre a vida social tem esvaziado a participação política consciente do povo que coloca nas mãos de uns poucos, que concentram

²¹⁸ Cf. *Ibidem*, 61, n. 132.

as riquezas, as grandes decisões. Os políticos não são mais vistos como promotores do bem comum, mas instrumentos passivos das grandes empresas ou de interesses corporativos. A escandalosa desigualdade salarial, a corrupção das lideranças políticas impunes são frustrações que geram um clima de desconfiança nas instituições democráticas²¹⁹.

2.1.2.2 Exclusão social

O que se assiste é o empobrecimento das massas, o crescimento do crime organizado e do tráfico de drogas, o enfraquecimento do Estado, o revigoramento de uma cultura autoritária, que despreza os direitos dos fracos, o estrangulamento dos antigos vínculos comunitários, e o aumento da criminalidade, onde crianças, adolescentes e jovens das periferias urbanas são as maiores vítimas²²⁰.

O resultado mais perverso desta crise social é o fenômeno da exclusão. O sistema econômico que em outros tempos era criticado pela exploração dos trabalhadores, tende agora a rejeitá-los como desnecessários à mão-de-obra e não interessantes como consumidores de baixa renda²²¹. A exclusão é a pior forma de opressão. O explorado ainda conta para o sistema produtivo, o excluído não, antes, passa a ser considerado perigoso para a sociedade, um criminoso em potencial.

2.1.2.3 O Desmonte do social

Nestes últimos anos, a área social foi a que mais sofreu as conseqüências da opção neoliberal. A privatização do patrimônio nacional e o aumento da arrecadação tributária fizeram aumentar a receita federal, porém em nada beneficiou o setor público. Ao contrário, a cada ajuste econômico foi o setor social o mais prejudicado²²². Num período em que a população cresceu e o desemprego explodiu, foi reduzido o investimento na área social.

Os cortes orçamentários impostos pelo acordo com o FMI atingiram a maior parte dos programas sociais voltados à população de baixa renda. O que poderia

²¹⁹ Cf. Documentos da CNBB, 61, n.128.

²²⁰ Cf. *Ibidem*, n. 130.

²²¹ Cf. *Ibidem*, 131.

²²² Cf. I. LESBAUPIN, e A. MINEIRO, *op.cit.* p. 39-40.

ser investido para a melhoria da qualidade de vida da população pobre, é utilizado para o pagamento dos juros da dívida externa²²³.

Se, de um lado, os estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), do Banco Mundial e do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reconhecem o problema da pobreza e da indigência nos países empobrecidos, de outro, escondem as causas das mesmas e ainda sufocam as políticas sociais que poderiam garantir os direitos dos cidadãos.

A partir dos critérios de pobreza estabelecidos pelo Banco Mundial, os governos devem mover ações concretas visando aos indivíduos situados abaixo da linha de pobreza. Quanto àqueles que ainda não chegaram a esta condição, mas que sofrem um crescente processo de empobrecimento, são dispensados dos bens públicos tais como saúde, previdência, educação e outros serviços da mesma ordem. Estes devem recorrer aos serviços mercantilizados como planos de saúde, de previdência, escolas particulares etc.

Os pobres são submetidos à tutela de ações transitórias por parte daqueles que detêm o poder político e econômico. Devido à grande publicidade dos seus programas assistenciais, estes poderosos são endeusados como grandes benfeitores da sociedade.

Já o “Relatório sobre o Desenvolvimento Humano” do PNUD, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e inspirado na contribuição de Amartya Sen, prêmio Nobel em Economia, 1998, fomenta o desenvolvimento de ações políticas públicas no sentido de capacitar as pessoas para a busca de superação das privações humanas²²⁴. Este projeto está muito mais próximo da cidadania e, por conseguinte, da solidariedade.

Amartya Sen vê com preocupação o problema da desigualdade social, afirmando que “As dúvidas sobre a ordem econômica mundial, que se estendem para além dos protestos organizados, precisam ser encaradas à luz da presença simultânea de pobreza abominável e prosperidade sem precedentes no mundo em que vivemos. Mesmo que o mundo seja incompativelmente mais rico do que no

²²³ Cf. G. DELGADO, *Pobreza, Globalização e Antiglobalização*. In: *Análise de Conjuntura/Setembro 2001*, CNL, Série Realidade, n. 10, p. 25-29.

²²⁴ Cf. A., SEM, “A Presença e a Retórica do Confronto – Dez Teses sobre a Globalização”, In: *Folha de São Paulo*, Cad. Mais, 09/09/01, p. 8-9.

passado, é também um lugar de privações extraordinárias e atordoante desigualdade...”²²⁵.

No Brasil, os setores da área social mais atingidos por este “desmonte” são, pois, o da saúde pública e o da educação, principalmente em seu nível médio e superior.

a) No setor da saúde

Uma das áreas sociais mais afetadas pelos nefastos efeitos da globalização é a saúde pública. No Brasil, a CPMF (Contribuição Provisória de Movimentação Financeira), criada exclusivamente para socorrer a falta de recursos na pasta do ministério da saúde, sofreu uma profunda mudança em sua proposta original. Os recursos provenientes desta forma de contribuição foram desviados para o pagamento dos juros das dívidas interna e externa²²⁶.

A reforma do setor da saúde obedeceu à proposta do Banco Mundial que “subordina os princípios de equidade aos de eficiência, efetividade e economia nos gastos públicos. É a partir desta lógica que está inserida a preocupação com seletividade e focalização das políticas de proteção social”²²⁷. A redução dos recursos na área da saúde e o incentivo à formação de planos e seguros de saúde seguem o princípio do Banco Mundial. As conseqüências desta política são: as péssimas condições no atendimento público da saúde e a exploração dos planos e seguros privados de saúde sobre aqueles que tentam sobreviver a esta situação desumana.

Na ótica neoliberal, a saída para a crise se encontra na privatização. O mercado cuida melhor da saúde, da previdência e da educação. A experiência do povo em relação aos serviços privatizados tem, em muitos casos, provado o contrário.

Certas epidemias ainda resistem por falta de saneamento básico e das más condições de vida nas áreas mais carentes. Este é o resultado da política de redução dos investimentos na saúde e na área social como um todo.

No Brasil, apenas duas ações importantes: no plano dos medicamentos, a quebra temporária das patentes de remédios para o combate a AIDS, e os genéricos.

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Cf. I. LESBAUPIN, e A. MINEIRO, *op.cit.*, p. 42.

²²⁷ Ibidem, p. 43.

b) No setor da educação

Assim como a saúde, serviço público aos pobres e seguro de saúde privado para os demais, a educação deve continuar pública no ensino fundamental, mista para o ensino médio e privada no ensino superior. O fato é que também a educação superior, a exemplo da saúde, entra no campo do mercado²²⁸.

2.1.2.4 Desigualdade social e violência

O efeito mais nefasto da política econômica neoliberal é a desigualdade social que vem aumentando no Brasil e AL. O Brasil, por exemplo, ocupa o primeiro lugar em desigualdade social no mundo²²⁹.

Esta desigualdade é uma das conseqüências do avanço da economia neoliberal globalizada que tem gerado o aumento da violência e da criminalidade, espalhando pânico e insegurança à população.

Entre as muitas causas que provocam esta situação caótica, estão o desemprego em massa e o arrocho salarial. Estes dois fatores têm contribuído para o aumento da pobreza e da miséria, da extrema desigualdade social e da redução das perspectivas de melhoria de vida para a maioria do povo.

“Ao retirar a proteção social dos objetivos do Estado, ao flexibilizar a legislação trabalhista, ao entregar o funcionamento da economia ao sabor do mercado, a política neoliberal promove a ‘lei da selva’ como reguladora da vida social: sobrevivem os mais fortes”²³⁰.

2.1.2.5 Desemprego

A política econômica neoliberal vem produzindo o desemprego em massa, podendo assim baixar os salários, neutralizar os movimentos sindicais e aumentar a jornada de trabalho, elevando, pois, o lucro dos grandes empresários. Muitos trabalhadores estão em precárias condições de trabalho, sem carteira assinada,

²²⁸ Ibidem, p. 47. Segundo o sociólogo Ivo Lesbaupin, “Enquanto que nos países desenvolvidos, como a França e o Reino Unido, mais de 90% das matrículas são feitas nas universidades públicas, no Brasil apenas 34% dos estudantes entram nas escolas públicas. O custo do ensino superior privado é tão alto que poucos estudantes têm condições de pagar”.

²²⁹ Cf. R. HENRIQUES, (org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA, 2000, p. 21-47. “Os 10% mais ricos se apropriam de quase metade da renda nacional (47,4%) enquanto que os 50% mais pobres detêm 12,6% da renda. O 1% mais rico se apropria de mais do que os 50% mais pobres (13,3%)”.

²³⁰ Ibidem, p. 58.

sem proteção social e sem garantias, sujeitos a todo tipo de humilhação para poderem sobreviver²³¹.

A vitória que os neoliberais tiveram no plano das idéias está se desfazendo em decorrência da catástrofe social dos últimos anos, principalmente nos países do Terceiro Mundo. Os neoliberais contaram com a colaboração dos meios de comunicação social para veicular sua ideologia econômica, fundamentada na idéia da “globalização” e da retirada do Estado das questões sociais-trabalhistas. Para eles, “a globalização” é um processo irreversível, inevitável e inexorável: ou os países se inserem nela ou perdem o “bonde” da história²³². Conforme esta ideologia, a concorrência poderia melhorar a qualidade dos serviços públicos, com mais investimentos e tarifas mais baixas. As empresas estariam obrigadas a se modernizar, diante de um sistema cujo mercado regula a economia. O que aconteceu de fato com a privatização das empresas estatais? Os serviços públicos foram privatizados, seus lucros aumentados e as tarifas não pararam de subir. E os serviços públicos, em muitos setores, deixam a desejar²³³.

Até 1980, a pobreza e a miséria no Brasil eram consideradas como resultado da má remuneração do trabalho. Os neoliberais mudaram esta interpretação ao afirmar que a pobreza é resultado da “incompetência” enquanto que a riqueza passou a ser fruto da “competência” de quem trabalha²³⁴.

2.1.2.6

Enfraquecimento da organização dos trabalhadores

O sindicalismo, a legislação trabalhista, os interesses da nação com seus recursos naturais, suas empresas e sua produção, a intervenção do Estado na área social (saúde, educação, habitação e emprego), como formas de defesa dos trabalhadores, são considerados pelo discurso neoliberal “arcaísmo”, coisas do passado, pensamento de uma esquerda atrasada²³⁵.

Os direitos humanos e sociais são uma conquista dos trabalhadores ao longo do século XX. A garantia destes direitos exige a proteção do Estado, caso contrário o cidadão fica à deriva do mercado sem proteção alguma. Os princípios neoliberais apresentados como “o caminho da modernidade” estão levando o povo

²³¹ Cf. I. LESBAUPIN, e A. MINEIRO, *op.cit.*, p. 78.

²³² Cf. *Ibidem*, p. 82.

²³³ Cf. *Ibidem*, p. 82-83.

²³⁴ Cf. *Ibidem*, p. 83.

²³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 84.

de volta à miséria, visto que negam os direitos fundamentais do ser humano, como o direito à comida, ao trabalho, à moradia, à saúde e à educação, direitos estes conquistados com muito sacrifício pelos trabalhadores com ajuda de entidades de apoio.

2.2 Novas culturas e modernidade

A modernidade pode ser definida como um processo de diferenciação da sociedade que perdeu sua unidade orgânica característica do período pré-moderno que interligava cultura, religião, economia, política e vida cotidiana. As conseqüências deste fenômeno são o aparecimento de subsistemas econômicos e políticos autônomos sem nenhuma vinculação com a ética e a religião²³⁶.

2.2.1 Subordinação, subjetividade e consumismo

Na sociedade moderna a tecnologia ocupa um lugar central. Há uma inversão paradoxal de valores: as pessoas são colocadas em segundo plano. Se, de um lado, a tecnologia facilitou a vida dos cidadãos em muitos aspectos, por outro, aumentou a desigualdade social, oferecendo para alguns mais do que necessitam e negando à maioria o mínimo necessário²³⁷.

A tecnologia moderna e a nova organização econômica abriram as portas para a cultura do consumo, invadindo a vida dos indivíduos e mudando os costumes coletivos. “O consumismo hodierno não se limita a buscar o prazer na sensação física do consumo, mas estimula o psiquismo humano através da imaginação e emoção. Procura forjar as pessoas de tal maneira que se deixam seduzir por uma procura insaciável do novo, do sonho, do desejo, acima daquilo que já foi experimentado”²³⁸. As pessoas tornam-se escravas de um desejo quase sempre irrealizável.

A tendência para o individualismo enfraquece os laços comunitários e de solidariedade que havia na sociedade tradicional. Esta cultura é um valor proclamado e justificado pela modernidade, desde a época do iluminismo. Hoje é assimilada pelas grandes massas, condicionando o comportamento da maioria. É verdade que esta mudança cultural valoriza a subjetividade, a livre escolha

²³⁶ Cf. Documentos da CNBB, 61, n. 134.

²³⁷ Cf. A. G. RUBIO, *Unidade na Pluralidade: O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, ed. 2, São Paulo, Paulinas, 1989, p. 27-28.

²³⁸ Documentos da CNBB, 61, n. 138.

pessoal, a liberdade e a consciência dos direitos fundamentais. Por outro lado, o subjetivismo exacerbado leva o indivíduo ao narcisismo e ao consumismo materialista, empobrecendo as relações pessoais, comunitárias e sociais²³⁹.

Os meios de comunicação social contribuem para difundir o individualismo, gerando um grande número de espectadores e ouvintes que já não têm tempo para a vida social, comunitária e familiar. Por causa da falta de democracia no controle da informação, as pessoas ficam expostas à manipulação ideológica e política. A televisão e a informatização da comunicação sufocam as culturas regionais, ao criar condições para uma cultura global de massa sem fronteiras. A chamada “Pós-modernidade” aumenta o ritmo das mudanças e induz a muitos jovens a decisões imediatas e emocionais, imaturas e não refletidas. Em consequência, são levados a tomar atitudes e decisões passageiras sem nenhum compromisso estável²⁴⁰.

Onde se conservam as raízes da cultura tradicional, onde é possível exercer um espírito crítico e um discernimento amadurecido, aí se encontra resistência à modernidade e um consenso sobre a necessidade de uma nova postura ética e cultural que conduza à transformação das estruturas econômicas e políticas do sistema iníquo²⁴¹.

2.2.2 Pluralismo ético

A tese característica da “pós-modernidade” é o *pluralismo ético* que conserva as liberdades individuais e as diferenças culturais. Nega, porém, os princípios universais aceitos pelo iluminismo, atribuindo-lhes pretensões totalitárias²⁴².

Para a solução dos problemas de convivência social, quando não se tem um parâmetro ético compartilhado, usa-se o recurso do voto da maioria. Questões éticas que colocam em jogo a vida ou a morte das pessoas são resolvidas pelo voto. Os direitos fundamentais dos cidadãos são sacrificados por falta de uma concepção ética. Assim, muitos setores da opinião pública justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual²⁴³.

²³⁹ Cf. *Ibidem*, n. 142.

²⁴⁰ Cf. *Ibidem*, n. 143-144.

²⁴¹ Cf. *Ibidem*, n. 145 e 147.

²⁴² Cf. *Ibidem*, n. 149 e 150.

²⁴³ Cf. *Ibidem*, n. 151.

Essa tendência fere os princípios do ensinamento da Igreja, visto que ela reconhece uma ética universal, com fundamento ontológico. Mesmo sabendo das dificuldades para a aplicação de princípios universais em casos particulares ou em certas circunstâncias, a Igreja mantém sua fidelidade a Jesus Cristo que veio para defender a vida de todos. João Paulo II afirma que “o Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho”²⁴⁴.

A Igreja encontra-se diante de dois grandes desafios: primeiro, contribuir para o reconhecimento da sociedade democrática sobre a necessidade de um fundamento ético comum que supere a subjetividade dos indivíduos; segundo, contribuir para a formação da consciência crítica e moral dos cidadãos no sentido de superar o “ethos” tradicional marcado pelo autoritarismo e evitar as armadilhas do subjetivismo e individualismo modernos, buscando uma ética fundamentada na solidariedade e no reconhecimento da dignidade das pessoas²⁴⁵.

2.2.3

Pluralismo religioso

Outro desafio a ser levado em consideração pela Igreja é a questão do pluralismo religioso que vem crescendo nos últimos anos, tanto numericamente quanto na variedade das formas. Existe uma forte religiosidade no povo, mas o modo de entender e viver a religião é muito diversificado²⁴⁶. Muitos transitam de uma Igreja ou religião para outra sem levar em conta os compromissos comunitários. Consequentemente muitos reduzem a religião a uma convicção interior e pessoal, sem criar vínculos ou compromissos comunitários. Buscam como valor absoluto o bem estar pessoal, o sentir-se bem, o estar em harmonia com o próprio corpo, com a mente, com os outros, com o mundo. A tendência é desvalorizar a razão, a experiência religiosa comunitária e rejeitar as instituições religiosas tradicionais. As pessoas se encontram, se estimulam mutuamente, mas não criam vínculos nem compromissos comunitários.

O impacto da modernidade desagrega e desenraíza as pessoas da cultura tradicional, acelera a urbanização, criando condições favoráveis para a proliferação de igrejas e seitas. Muitos católicos nem se quer receberam o

²⁴⁴ João Paulo II, *Evangelium Vitae*, n. 2.

²⁴⁵ Cf. Documentos da CNBB, 61, n. 153.

²⁴⁶ Cf. *Ibidem*, n. 154.

primeiro anúncio do Evangelho ou passaram por um processo de amadurecimento pessoal e comunitário da fé. Não se sentindo vinculados com a Igreja na qual foram batizados, são atraídos por outras igrejas ou religiões, muitas vezes estrategicamente mais adaptadas às mudanças socioculturais do mundo urbano²⁴⁷.

Esta procura de outras religiões ou igrejas acontecem em duas direções: Primeiro, no *fundamentalismo* que acusa as Igrejas tradicionais de não conservarem a pureza do Evangelho. Faz-se uma leitura literal da Bíblia, sem buscar uma interpretação adequada. Segundo, no *subjetivismo* que combina com a tendência moderna voltada para o individualismo e ao abandono das práticas comunitárias²⁴⁸. Nesta perspectiva situa-se a “Nova Era” que, rejeitando a tradição cristã, busca encontrar a Deus no interior da pessoa e na harmonia desta com o cosmo.

Os novos movimentos religiosos, desligados das comunidades tradicionais que mantinham os vínculos familiares e culturais, se reúnem ao redor de um líder carismático que se apresenta como intérprete da verdadeira religião. Este consegue o apoio de grupos de fiéis que precisam satisfazer suas aspirações religiosas e sentem-se afetivamente acolhidos. Esses grupos prosperam no seio do Neopentecostalismo, cultivando a subjetividade e abandonando a doutrina e a disciplina do Pentecostalismo tradicional.

Dentro do catolicismo os movimentos carismáticos atraem muitos fiéis por valorizar a subjetividade e oferecer segurança na pessoa de líderes espirituais portadores de novas expressões da espiritualidade católica²⁴⁹.

A perda da hegemonia tem levado a setores da Igreja católica a entrar na mesma dinâmica do mercado religioso das religiões modernas. O surgimento de “Igrejas eletrônicas” tem fomentado as liturgias de auditório, cujos atores são de grande popularidade. Os programas dirigidos às grandes massas de espectadores ou ouvintes tendem a apelar para os sentimentos religiosos elementares comuns a todos. São despertados os sentimentos religiosos de muitos cristãos que vivem à margem de suas comunidades. Alguns críticos vêem este fenômeno como banalização da religião²⁵⁰.

²⁴⁷ Cf. *Ibidem*, n. 159.

²⁴⁸ Cf. *Ibidem*, n. 163.

²⁴⁹ Cf. *Ibidem*, n. 165.

²⁵⁰ Cf. *Ibidem*, n. 166.

A crise de referência e de identidade cristã, bem como o espírito competitivo, se infiltraram nas religiões modernas. Daí sua inserção no mercado religioso. Sabendo que a regra do mercado é a competição, vence a religião mais competitiva. A verdade é substituída pela utilidade e a capacidade de gerar satisfação, de alimentar o individualismo. A sede de poder e a necessidade de se impor criaram a necessidade do marketing religioso na cidade moderna, eliminando o conteúdo do Evangelho.

Um dos maiores desafios para a evangelização da Igreja é a elevada porcentagem de católicos que não praticam sua religião, vivendo em quase total indiferentismo religioso. Já não é lógico ser cristão. Muitos católicos que vieram do catolicismo popular não se identificam mais com suas devoções antigas nem aderem às novas orientações da Igreja.

2.3

Como a Igreja vem enfrentando os novos desafios

A Igreja latino-americana vem se colocando diante dos novos desafios da modernidade, acolhendo as perspectivas de mudanças ético-cultural presentes nos movimentos sociais e populares. Diante dos desafios da modernidade, tem procurado evangelizar a partir das diferentes culturas, respeitando o pluralismo cultural e ético-religioso. A Igreja, mesmo com dificuldades, tem procurado cultivar a economia da solidariedade dentro dela mesma. Este esforço é de fundamental importância para superar a cultura do individualismo sócio-cultural e do sectarismo religioso, dando lugar às questões comunitárias e humanitárias.

2.3.1

Perspectivas de mudanças

Todo este quadro assume proporções de ofensa a Deus que nos criou à sua imagem e semelhança, e se opõe ao mandamento do amor fraterno proposto por Jesus Cristo e vivido pelas primeiras comunidades. O resgate da dignidade dos pobres exige a transformação da sociedade e de sua economia voltadas para o bem comum²⁵¹.

Diante desta situação, o que fazer para mudar? Somente uma retomada do primado da política sobre a economia e os interesses privados poderá inverter as atuais tendências de uma sociedade marcada pelas desigualdades, pelos conflitos e pela difusão do autoritarismo e violência contra os direitos dos cidadãos. Esta

²⁵¹ Cf. Documentos da CNBB, 69, n. 20.

mudança só será possível mediante uma transformação ética e cultural no seio da sociedade²⁵².

Não é com pessimismo que a sociedade vai enfrentar esta crise, mas sim com a firme esperança de um mundo mais justo e solidário, com a retomada do desenvolvimento econômico e de uma justa distribuição da renda. No Brasil e AL, não se pode continuar privatizando os lucros e socializando os prejuízos. Este caminho exige ampla discussão a respeito dos rumos a serem tomados, das políticas a serem adotadas e das medidas mais adequadas para o crescimento destes países. A contribuição da Igreja para estas mudanças é de ordem ética, não técnica, reafirmando a primazia do ser humano sobre a economia²⁵³.

Como cultivar na própria Igreja, diante destes novos desafios, uma economia de solidariedade, conforme aquela vivenciada pela primeira comunidade cristã que, perseverando nos ensinamentos dos apóstolos, na fração do pão, na partilha e na oração comum, vivia com tanta intensidade o amor de Deus que dela podia-se dizer: “ninguém entre eles era indigente”²⁵⁴ (cf. At 2,42-47; 4,32-37).

Este questionamento exige dos cristãos um comprometimento permanente com as transformações sociais, visando a construção de um mundo onde todas as pessoas possam viver com dignidade. Para a concretização deste projeto, os cristãos terão que se empenhar solidariamente na luta pela justiça e pela libertação integral das pessoas, partindo da evangélica opção preferencial pelos pobres, lutando contra a pobreza e o desemprego e buscando a transformação das estruturas geradoras de exclusão. Além do mais, terão que se engajar na proposta de uma ética pública, dialogando com os diversos setores da sociedade e trabalhar na formação da consciência crítica e cristã do povo, em vista de sua responsabilidade social para a construção de um mundo melhor para todos.

Será que se pode notar características de uma Igreja solidária, no Brasil e AL, após Medellín e Puebla? Quais os sinais de resistência, solidariedade e esperança estão presentes nos povos de nosso Continente nestes últimos anos?

²⁵² Cf. Documentos da CNBB, 61, n. 131.

²⁵³ Cf. *Ibidem*, n. 123.

²⁵⁴ Cf. Documentos da CNBB, 69, n. 21.

2.3.2

Santo Domingo e os desafios da modernidade

Para enfrentar os desafios da cultura moderna, a Conferência de Santo Domingo sugere as seguintes respostas: apresentar Jesus Cristo como paradigma de toda atitude pessoal e social e como resposta aos problemas que afetam a sociedade: a cultura da mentira e de toda espécie de mal, os mecanismos de morte e a falta de amor e fraternidade; intensificar o diálogo entre fé e ciência; inculturar a mensagem do Evangelho no coração das diferentes culturas; promover e formar lideranças cristãs leigas para exercer sua tríplice missão que receberam no batismo: a profética, no campo da Palavra, a sacerdotal, na área do culto, e a pastoral, no universo das estruturas sociais, econômicas e políticas²⁵⁵.

Quanto à cultura da cidade, Santo Domingo pede uma pastoral inculturada em relação à catequese, à liturgia e a todos os organismos da Igreja. É necessário discernir os valores e contravalores da cultura urbana, captar seus símbolos e transformá-los em expressões de fé afim de que o Evangelho possa ser assimilado pelo homem da cidade; reprogramar a paróquia urbana para que seja mais aberta, flexível e missionária, permitindo uma ação pastoral transparoquial; inclui-se neste programa a pastoral dos edifícios; formar lideranças cristãs leigas para a pastoral urbana; multiplicar as pequenas comunidades, os grupos ou movimentos eclesiais e incentivar as comunidades eclesiais de base; programar uma pastoral ambiental e funcional, diferenciada segundo os espaços da cidade; em vista das constantes migrações, fomentar a pastoral da acolhida e, em face da exclusão social, uma pastoral para atender os grupos marginalizados; incentivar a evangelização dos grupos influentes responsáveis pela administração da cidade, no sentido de torná-la um *habitat* digno para toda a população, especialmente nos bairros populares²⁵⁶.

2.3.3

Igreja latino-americana frente ao pluralismo ético-religioso

O Concílio Vaticano II considera as diversas religiões dos povos ordenados²⁵⁷ e declara nada rejeitar “do que há de verdadeiro e santo nessas religiões”²⁵⁸. Há que se respeitar o homem em sua busca de resposta às questões

²⁵⁵ Cf. Santo Domingo, n. 254.

²⁵⁶ Cf. *Ibidem*, n. 256-261.

²⁵⁷ Cf. *Lumen Gentium*, n. 16.

²⁵⁸ *Nostra Aetate*, n. 2.

mais profundas da vida, e o Espírito que nele age²⁵⁹. A Igreja convida-nos ao diálogo com as religiões não cristãs e com as diferentes culturas, respeitando a atuação de Deus para salvar a humanidade.

No contexto latino-americano, é preciso respeitar, preservar e apoiar as tradições religiosas e os valores evangélicos das culturas indígenas e afro-americanas. Nesta mesma linha, a Igreja deverá se empenhar no diálogo com as culturas da modernidade, com toda sua complexidade, diversificação e contradições. A modernidade cria espaço para alguns grupos se beneficiarem dos avanços da tecnologia e da expansão do consumo, caindo, freqüentemente, no individualismo egoísta e amoral. Por outro lado, marginaliza grandes parcelas da população gerando os excluídos²⁶⁰.

Por outro lado, não se pode esquecer que “a modernidade possibilitou a valorização do indivíduo e da subjetividade, a exigência de igualdade fundamental de todos os seres humanos, a busca de autenticidade e qualidade no relacionamento intersubjetivo. Estes valores questionam expressões religiosas tradicionais e devem estimular a busca de novas expressões da vida cristã”²⁶¹.

No diálogo religioso, a Igreja deverá priorizar a questão ecumênica e a cooperação com as outras Igrejas cristãs em tudo o que concerne à defesa da vida e dos valores éticos na sociedade. Todas as pastorais da Igreja terão que se empenhar e assumir conscientemente a questão ecumênica como um desafio à evangelização no meio de um pluralismo ético e religioso da cultura da modernidade. Diante de atitudes sectárias e proselitistas, os fiéis católicos sejam orientados a evitar polêmicas estereis e cuidar para não cair num fanatismo ou fundamentalismo que desestime a amizade e a luta pelas questões humanitárias²⁶².

2.4

Sinais de resistência, solidariedade e esperança

Voltando um pouco nosso olhar ao passado recente da história da Igreja na AL, notamos que, nos períodos do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla, a política econômica dos países latino-americanos teve como resultado o

²⁵⁹ Cf. *Redemptoris Missio*, n. 29.

²⁶⁰ Documentos da CNBB, 61, n. 210-211.

²⁶¹ *Ibidem*, n. 212.

²⁶² Cf. *Ibidem*, n. 214-218.

empobrecimento do povo devido ao arrocho salarial dos trabalhadores, a redução dos investimentos em obras públicas, as crescentes dívidas social e externa.

Diante desta situação começavam a germinar as sementes de libertação. Os movimentos populares se faziam presentes em vários países da AL revelando uma nova consciência sobre a situação. Apesar da perseguição sofrida, apontavam caminhos num clima de luta e esperança.

Também a Igreja, nestes períodos, passou por grandes transformações. Surgiram as Comunidades Eclesiais de Base como expressão viva da Igreja dos pobres, comprometida com a libertação dos oprimidos.

Medellín e Puebla reconheceram a força libertadora que nascia da ação do Espírito Santo nas bases da comunidade eclesial. Esta força foi confirmada e selada pelo sangue de muitos mártires que se tornaram para toda a AL modelos de profetas. Estes abriram caminhos rumo a uma nova sociedade.

Naqueles períodos, a libertação incluía a recusa do processo desenvolvimentista e a denúncia da dependência que este processo tinha gerado. Buscava-se a criação de condições para que os países latino-americanos pudessem se tornar agentes e sujeitos de seu próprio destino.

A teologia da libertação foi um método que ajudou as comunidades a ligar fê e vida, a pensar a realidade a partir do Evangelho de Jesus Cristo e a descobrirem, situadas em seu contexto, formas práticas de solidariedade. A pastoral da Igreja passava a ser uma ação comprometida com a realidade do povo, a exemplo de Jesus que se solidarizou com os oprimidos.

A seguir, aponto alguns sinais de solidariedade no Brasil e AL que surgiram a partir de iniciativas populares assumidas pela Igreja que se encontra diante de novas conjunturas e novos desafios.

2.4.1

A resistência popular

Diante de novas conjunturas e de novos desafios, ocorridos no final do segundo milênio e início do terceiro, pode-se observar, como sinal de solidariedade, o crescimento da consciência dos Direitos Humanos, uma vontade de maior participação nas decisões políticas, na luta contra toda forma de discriminação e no respeito ao ecossistema e à vida. Pode-se chamar este fenômeno de “novos sinais de resistência, solidariedade e esperança”.

Entre os protagonistas de um mundo novo, encontram-se os pobres que, na luta pela sobrevivência, vão solidariamente criando alternativas para enfrentar a situação caótica; os movimentos sociais que tomam posição contra o neoliberalismo e abrem novos espaços para o cultivo da solidariedade; as famílias que se unem para garantir a educação de seus filhos. Entre os movimentos sociais pode-se destacar: o Fórum Social Mundial que, solidariamente, caminha em busca de alternativas econômicas mais humanizadas. No Brasil, a resistência popular se manifesta no Fórum de Luta pela Reforma Agrária, nos Conselhos Municipais que acompanham e fiscalizam as Prefeituras, na Lei n. 9.840, conquistada pela iniciativa popular, contra a corrupção eleitoral; na Constituição Cidadã de 1988 que tem contribuído para o aperfeiçoamento da democracia; em alguns setores dos Meios de Comunicação Social que vêm cumprindo importante papel no processo de democratização; nos Movimentos de defesa da ecologia que despertam a consciência das pessoas sobre a importância da preservação da natureza para uma convivência humana mais digna; no Movimento dos Sem Terra (MST) que se mobilizam na luta pela terra e para a verdadeira Reforma Agrária; no Movimento dos Sem Teto que lutam pelo direito de ter uma moradia digna, etc.

No início deste novo milênio, em que o neoliberalismo e a globalização da economia representam uma séria ameaça para grande parcela da humanidade, a Igreja, numa atitude humilde e solidária, reconhece, valoriza e acolhe as iniciativas destes movimentos populares como caminhos alternativos para a construção de um mundo melhor para todos. A Igreja, numa atitude solidária, não se apresenta apenas como mestra da verdade, mas também discípula e colaboradora das iniciativas populares nascidas fora do âmbito da fé, mas cheias de valores humano-cristãos.

2.4.2 Solidariedade nos Movimentos sociais

Encontram-se, de um lado, o *Fórum Econômico Mundial*, idealizado e fundado com o objetivo de criar um espaço para as elites econômicas e autoridades políticas mundiais discutirem temas relevantes para a humanidade, porém em defesa de seus próprios interesses²⁶³. De outro, como projeto alternativo

²⁶³ Cf. *Análise de Conjuntura*, 10, Goiânia/Goiás, CNL, agosto/setembro 2001, p. 16. Este Fórum reúne os intelectuais do neoliberalismo e da globalização que fazem projeções para as tendências econômicas mundiais visando os interesses de uma minoria que produz suas riquezas a custo do sacrifício e da miséria de multidões que vivem abaixo da linha da pobreza ou na linha da miséria.

a este, vem se realizando o *Fórum Social Mundial*. Este reúne movimentos populares, organizações não-governamentais (ONGs), sindicalistas, lideranças de Igrejas e de partidos políticos comprometidos com a causa da justiça social. Um dos objetivos deste Fórum é discutir, questionar e propor políticas econômicas alternativas a dos países que detêm o capital. Sua proposta é a busca do bem-estar dos povos empobrecidos espalhados pelos países do Terceiro Mundo, como os da América Latina, através da redução da dívida externa e da luta contra a globalização do capital e do comércio que se tornou uma nova forma de imperialismo imposto pelos países ricos sobre os países pobres²⁶⁴.

Participantes do *Fórum Social Mundial*, reunidos em 2002 na cidade de Porto Alegre, acreditam que um “outro mundo é possível”. Por que outro mundo? Porque este gira em torno da economia de mercado. Revestido de caráter idolátrico, paira acima dos direitos das pessoas e dos recursos da terra. Apresenta-se como bem absoluto. decide a vida e a morte da humanidade. Não importa que as riquezas de uns poucos seja acumulada às custas da pobreza e miséria de multidões. O paradigma do mercado são as contas bancárias, não a dignidade humana das pessoas²⁶⁵. O que está havendo é uma inversão de valores, a produção econômica é o sujeito e a pessoa o objeto.

O princípio da cidadania mundial é o direito de todos à vida. Jesus Cristo, atualizando este princípio, veio para que todos tivessem vida e “vida em abundância” (cf. Jo 10,10). Como tornar isto viável? Abandonando o paradigma da acumulação privada para recuperar o bem comum, de tal maneira que a cidadania esteja acima do consumismo e os direitos sociais da maioria estejam acima dos privilégios da minoria²⁶⁶.

A prioridade do último *Fórum Social Mundial* não foi contrapor-se ao *Fórum Econômico Mundial*, nem denunciar o atual modelo de globalização da economia, mas abrir caminhos de esperança a partir de experiências concretas, rumo a um novo modelo de sociedade sustentável, solidária, centrada na defesa dos direitos humanos e dos recursos da terra²⁶⁷. Este Fórum é uma luz que se acende no fundo do túnel escuro da vida do povo latino-americano, resgatando a

²⁶⁴ Cf. *Análise de Conjuntura*, op.cit. p. 17.

²⁶⁵ Cf. Frei Betto, *Resumo das injustiças sociais e econômicas no Planeta dos Espertos*, in: *MUITO MAIS* (edição especial), São Paulo, Editoração Eletrônica Muito + S/C Ltda., 2002, p. 5.

²⁶⁶ Cf. *Ibidem*.

²⁶⁷ Cf. *Ibidem*.

esperança dos militantes da utopia, que se envergonham de conviver com milhões de seres humanos vítimas de um sistema que imprime ao pão valor de troca, de mercadoria, não como bem indispensável à sobrevivência.

A Igreja olha esta realidade profeticamente, à luz da Boa Nova de Jesus Cristo, questionando e reagindo contra esse projeto hegemônico que vem produzindo um crescente abismo entre ricos e pobres e provocando o aumento da miséria no mundo²⁶⁸. O grande desafio para a Igreja latino-americana hoje é contribuir evangelicamente com um modelo político-econômico alternativo, na luta contra a violação dos direitos humanos, a pobreza absoluta e a exclusão.

Temas como garantia do acesso à educação, à saúde, à moradia e o respeito ao meio ambiente, debatidos no Fórum Social, devem fazer parte da agenda de uma Igreja comprometida com a construção do Reino rumo a uma nova ordem político-econômica na sociedade. Fiel ao Evangelho, terá que assumir o papel profético na área social, denunciando as injustiças e empenhando-se pela “globalização da solidariedade”, pela fraternidade e a partilha entre os povos. É preciso substituir a cultura do consumo desenfreado pela cultura da sobriedade.

Numa situação complexa como esta, de um mundo globalizado, em que grandes maiorias são excluídas dos benefícios necessários para uma vida mais digna e humana, cabe à Igreja, numa atitude de humildade, ouvir e acolher o profetismo presente nos movimentos sociais que estão na vanguarda da luta pelos direitos humanos e pela cidadania do povo, somando forças junto a estes movimentos e contribuindo para a construção de um mundo mais ético, onde os direitos dos cidadãos e cidadãs sejam respeitados em sua totalidade.

2.4.3

A dimensão sócio-política da solidariedade

João Paulo II afirma que “a vertente ético-social é uma dimensão imprescindível do testemunho cristão”²⁶⁹. A partir de Jesus Cristo, tomamos

²⁶⁸ Cf. *Análise de Conjuntura*, op.cit. p. 17. Conforme dados do Banco Mundial, “1,5 bilhão de pessoas são privadas de alimentos mínimos para se manter”. Para James Wolfenbahn, presidente do Banco Mundial, “hoje os países que ainda recentemente acreditavam estar ganhando a luta contra a pobreza, estão testemunhando a reemergência da miséria, com a fome e o sofrimento humano”.

Numa palestra proferida na Federação das Indústrias de Fortaleza sobre o fenômeno da globalização, o Professor Peter Goldin, disse que o capital e a riqueza estão tão concentrados que “apenas um quarto da população mundial consome 80% da produção mundial. Há uma iniquidade global”.

²⁶⁹ João Paulo II, *Novo Millennio Ineunte*, n. 52.

consciência de que testemunhar seu nome e a mensagem do Reino por ele anunciado, não significa somente o reconhecimento de uma virtude cristã por parte de quem dá testemunho, mas, muito mais que isto, colocar-se a serviço do outro na sociedade em que vive.

Conforme esta orientação, a Igreja no Brasil e na AL tem demonstrado sua solidariedade ao se manifestar em muitas ocasiões, à luz do Ensino Social, sobre questões políticas e sociais no intuito de colaborar com a formação da opinião pública com vistas a uma participação efetiva de todos no aperfeiçoamento da democracia.

No Brasil, desde os anos 30, a Igreja vem motivando a participação de seus membros na vida política. Apoiou reformas de base no início do ano 60 e a defesa dos direitos humanos nos anos 70. Incentivou as emendas populares na Constituição de 1988 e a iniciativa popular da Lei contra a corrupção eleitoral em 1999. Promoveu junto a outros movimentos sociais plebiscitos contra todo tipo de organizações que ameaçam a autonomia, a vida e a dignidade dos cidadãos. A título de exemplo, pode-se lembrar o envolvimento da Igreja no plebiscito contra a ALCA (Área de Livre Comércio para a América), na Semana da Pátria de 2002.

2.4.4

A solidariedade cristã no magistério pontifício

O Ensino Social da Igreja, fundamentado no Evangelho de Jesus Cristo, foi vivenciado pelas primeiras comunidades cristãs, refletido pela tradição teológica e explicitado pelo Magistério eclesial. Jesus Cristo, seguindo a orientação dos profetas do Antigo Testamento, teve um cuidado todo especial em defender a vida ameaçada, sobretudo dos pobres e excluídos. Por isso, o papa Paulo VI chegou a afirmar que “entre evangelização e promoção humana (desenvolvimento, libertação) existem laços antropológicos [...]; laços de ordem teológica [...]; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade; como se poderia proclamar o mandamento novo sem promover, na justiça e na paz, o verdadeiro e o autêntico progresso do homem?”²⁷⁰.

Ao se pronunciar sobre a realidade social, política e econômica, a Igreja mostra-se solidária em relação às questões que envolvem a defesa dos direitos humanos. Ao assumir sua missão no campo político, visa formar a consciência

²⁷⁰ Paulo VI. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, n. 31.

cristã no sentido de mostrar que há uma relação intrínseca entre fé e vida (política), entre promoção humana e missão religiosa.

Diante de um sistema político-econômico (neoliberalismo), que vem provocando desigualdades sociais, pobreza e miséria para a maior parte da população, numa atitude solidária, o magistério da Igreja vem profeticamente tomando posição tanto contra os desvios do atual sistema quanto em favor de novas formas de solidariedade.

João Paulo II tem chamado a atenção para o desenvolvimento da “globalização da solidariedade”, incentivando as mais diversas formas de solidariedade, identificando a comunidade cristã católica com a “Igreja dos pobres”²⁷¹. Em 1998, falando sobre os pecados sociais que clamam aos céus, o papa afirmava: “domina cada vez mais, em muitos países americanos, um sistema conhecido como ‘neoliberalismo’; sistema este que, apoiado numa concepção economicista do homem, considera o lucro e as leis do mercado como parâmetros absolutos em prejuízo da dignidade e do respeito da pessoa e do povo. Por vezes, este sistema transformou-se numa justificativa ideológica de algumas atitudes e modos de agir no campo social e político que provocam a marginalização dos mais fracos. De fato, os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas frequentemente injustas”²⁷².

A dimensão solidária da Igreja na AL é fortemente confirmada por João Paulo II que, numa atitude profética, no início deste milênio, afirma: “o nosso mundo começa o novo milênio carregado com as contradições de um crescimento econômico, cultural e tecnológico que oferece a poucos afortunados grandes possibilidades, e deixa milhões e milhões de pessoas, não só à margem do progresso, mas a braços com condições de vida muito inferior ao mínimo que é devido à dignidade humana”²⁷³.

Os sistemas políticos vigentes no Brasil e AL têm aderido aos ditames do capitalismo neoliberal nocivo às populações privadas de comida, de vida digna, de um desenvolvimento humano aceitável. Por isso, a Igreja é chamada a assumir compromissos políticos, partindo do imperativo ético da defesa da vida em cada momento, situação e lugar da história. No Brasil, particularmente, a Igreja, no

²⁷¹ Cf. João Paulo II. *Laborem Exercens*, n. 8.

²⁷² João Paulo II, Exortação Pós-Sinodal *Ecclesia in America*, n. 56.

²⁷³ João Paulo II, Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, n. 50.

início do novo milênio prioriza três grandes metas: erradicar a fome, restabelecer os direitos humanos de todos os cidadãos e cidadãs e promover o desenvolvimento sustentável que garanta a qualidade de vida da população e respeite o sistema ecológico como fator de sustentação da vida humana²⁷⁴.

2.4.5

Espírito solidário da Igreja nas Campanhas da Fraternidade

A penitência quaresmal da Igreja católica do Brasil tem sido caracterizada pela solidariedade presente no espírito das Campanhas da Fraternidade que, desde 1964, vêm sendo realizadas. Estas têm sido e continuam sendo uma atividade ampla de evangelização, desenvolvida num determinado tempo litúrgico (Quaresma) para ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade e, solidariamente, assumirem compromissos concretos no processo de transformação da sociedade a partir de um problema específico que exige a participação de todos para alcançar a solução. É um momento forte de conversão e de práticas solidárias em prol da transformação de situações injustas. Retomando a pregação dos profetas e a ação libertadora de Jesus, a Igreja ensina que o verdadeiro culto a Deus se expressa nos gestos concretos de solidariedade como o repartir o pão com quem tem fome, vestir o maltrapilho, libertar os oprimidos e promover uma vida mais digna para todos²⁷⁵ (cf. Is 58,6-7).

Neste sentido, as CF tornaram-se especial manifestação da evangelização libertadora, provocando ao mesmo tempo a renovação da vida interna da Igreja e a transformação da sociedade a partir de problemas específicos tratados à luz do Projeto de Deus. Têm como objetivo permanente despertar o espírito comunitário, fraterno e solidário no povo de Deus, comprometendo os cristãos na busca do bem comum, educando-os para a vida em fraternidade a partir da justiça e do amor, renovando a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização e na promoção humana, em vista de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

A Conferência Episcopal latino-americana reunida em Medellín, em 1968, foi convocada para implementar o concílio Vaticano II na AL. A reflexão sobre a realidade latino-americana, como foi visto, levou a Igreja a enfrentar o desafio da

²⁷⁴ Cf. Documentos da CNBB, 67. *Eleições 2002, Propostas para reflexão*, São Paulo, Paulinas, ed. 6, 2002, n. 37-47.

²⁷⁵ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Por uma terra sem males: fraternidade e povos indígenas*, In: Manual CF/CNBB, São Paulo, Ed. Salesiana, 2001, p. 18-24.

pobreza e da urgente presença transformadora das estruturas sociais. A conferência de Puebla, 1979, deu continuidade a Medellín, acentuando ainda mais a dimensão social da fé e da vivência cristã, na tentativa de superar a situação de marginalização, opressão e exclusão em que vive a maioria da população e criar espaços para a comunhão e participação.

As CF se enquadram muito bem no espírito do Concílio Vaticano II e das Conferências latino-americanas. Seus temas, inicialmente contemplaram mais a vida interna da Igreja. Mas a consciência sempre crescente da realidade sócio-econômico-política, marcada pela injustiça, pela exclusão das grandes massas da população, com índices cada vez mais altos de miséria, e pelas discriminações culturais e raciais, fez a Igreja escolher aspectos concretos de uma realidade que contradiz os princípios da ética cristã como temas. Os desafios sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos da realidade brasileira serviram como pontos de referência, ao longo destes últimos 36 anos, para a escolha dos temas das CF. Estas, desde 1964, seguindo a metodologia do “Ver”, “Julgar” e “Agir”, vêm refletindo e celebrando temas relacionados à Igreja, à realidade social e às situações existenciais do povo brasileiro.

Em sua primeira fase (1964 a 1972) os temas giraram em torno da renovação interna da Igreja e dos cristãos. Temas como a fraternidade, a corresponsabilidade, a doação, a descoberta (do próximo), a participação, a reconciliação, o serviço e a vocação expressam a solidariedade, muitas vezes esquecida, dentro da própria comunidade eclesial.

Na segunda fase (1973 a 1984), a Igreja preocupa-se com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça, atualizando o Concílio Vaticano II, as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). Temas relevantes como a Fraternidade, em relação à libertação, à reconstrução da vida (a partir do irmão), à partilha (do pão), à comunidade, à família, ao mundo do trabalho, à ecologia, às migrações, à saúde, à educação, à violência e à vida (para todos), manifestam a solidariedade da Igreja nos mais variados setores da vida social e humana.

Na terceira fase (1985 a 2002), a solidariedade da Igreja volta-se para situações existenciais do povo, como por exemplo, as questões da fome, da terra (meio de sobrevivência), do menor, do negro, da comunicação, da mulher, do trabalho (solidários na dignidade do trabalho), da juventude, da moradia, da

família, dos excluídos, da política, dos encarcerados, da educação e dos desempregados.

Na celebração do grande jubileu da encarnação, ano 2000, a CF foi realizada pelo CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil) cujo tema escolhido foi “Dignidade Humana e Paz” junto com o lema “Novo milênio sem exclusões”. A partir de 2001, através da CF, a Igreja do Brasil vem mostrando sua solidariedade às vítimas do mundo das drogas, aos povos indígenas protagonistas da esperança de “uma terra sem males”. Em 2003 a Igreja estará refletindo, celebrando e convocando a todos para o respeito à vida e dignidade das pessoas idosas.

Ao longo destes últimos 38 anos, as CF têm trazido importante contribuição para a formação da consciência crítica dos cristãos a fim de que, politizados na fé, exerçam sua cidadania e sejam sujeitos da construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária, fundamentada na Boa Nova de Nosso Senhor Jesus Cristo.

2.5

CEBs: Um modo solidário de ser Igreja

O surgimento das CEBs é uma das manifestações mais originais da fé vivida na AL, significando toda a Igreja na base, isto é, no meio dos pobres. Neste continente, a fé vivida nestas comunidades eclesiais responde coletivamente aos grandes desafios vindos da pobreza e da opressão²⁷⁶.

Nelas se cultiva uma amizade e solidariedade profundas entre as pessoas, desenvolve-se laços de comunhão com Deus através da oração comunitária e com os irmãos mediante o compromisso libertador. É neste sentido que podemos chamar as CEBs de “um modo solidário de ser Igreja”.

A Igreja na base, diz L. Boff, “gesta o novo cristão, cidadão da cidade terrestre construída sob a inspiração da cidade celeste, o novo samaritano que coletivamente se dobra sobre os caídos na luta da vida e os ajuda a se libertar e a viver mais humanamente”²⁷⁷.

²⁷⁶ Cf. L. BOFF, *Do lugar do pobre*, 4 ed., Petrópolis, Vozes, 1997, p. 59.

²⁷⁷ *Ibidem*, p.60.

2.5.1

CEBs: suas características na AL

Como entender o fenômeno das CEBs na AL? Medellín entende-as como sendo a comunidade cristã de base, primeiro e fundamental núcleo eclesial, foco de evangelização, fator de desenvolvimento e promoção humana²⁷⁸.

Entre as principais características das CEBs, encontram-se: a vivência comunitária da fé; a missão evangelizadora mediante o testemunho comunitário; o impulso ecumênico em relação aos diferentes grupos cristãos e não cristãos que questionam as estruturas sociais injustas e lutam pela dignidade humana na história; capacidade de explicitar sua identidade eclesial e de enfrentar os desafios da atualidade; superação do aspecto territorial da paróquia pelo tipo ambiental das CEBs; preocupação intensa com o anúncio do Evangelho, especialmente aos católicos batizados e não evangelizados; leitura da Bíblia (círculos bíblicos), catequese permanente e liturgia a serviço da vida; redescobrimto da dimensão política da fé; questionamento dos grupos e movimentos que não se envolvem na luta pela justiça, etc.

As CEBs surgiram a partir da preocupação pastoral e evangelizadora latino-americana. Num primeiro momento, houve a necessidade de evangelizar os batizados que perderam o contato com a vida comunitária. A partir daí, começou-se a olhar a realidade de forma mais global, o que levou os cristãos a se comprometerem com os mais pobres e injustiçados. É neste mundo desafiador que se encontram as CEBs testemunhando a opção solidária de Deus pelos pobres²⁷⁹.

Em sua grande maioria, as CEBs estavam presentes nas áreas rurais. Nas periferias urbanas adquiriram um caráter mais ambiental que territorial. São coordenadas por lideranças leigas assessoradas por sacerdotes inseridos no meio delas.

Animados pela fé, pela Palavra e pela ajuda mútua, estas comunidades levam as pessoas a assumirem um compromisso sócio-político em vista da libertação integral do ser humano.

Entre as prioridades das CEBs na AL, destacam-se: a construção de uma Igreja viva, onde as pessoas que se encontram celebram suas dores e alegrias e se

²⁷⁸ Cf. Medellín, *Pastoral de conjunto*, n. 10.

²⁷⁹ J. MARINS, Comunidades Eclesiais de Base na América Latina, in: *Concilium*, 1975/4: Teologia Prática, Petrópolis, Vozes, p. 405-406.

ajudarem mutuamente; a formação de lideranças para os mais diversos ministérios extraordinários; inserção na vida e realidade do povo para que todos reconheçam a Deus como Pai e Jesus Cristo como irmão, na experiência fraterna e solidária e na tarefa de libertar integralmente o ser humano.

As CEBs não são um movimento, associação ou congregação. Ao contrário, elas são a Igreja, enquanto sacramento de Cristo, comunidade de fé, de culto e de amor. Também não são uma fórmula milagrosa que traz solução para todos os problemas da sociedade. Elas são a Igreja toda que se renova movida pelo Espírito do Senhor. Estas comunidades são, enfim, sinal do Reino, força unificadora de diferentes raças, línguas e culturas. Seu compromisso fundamental é com a libertação dos pobres, dos que sofrem injustiças. Sua missão é continuar anunciando o Reino e denunciando todo tipo de injustiça.

Para J. Marins, “o futuro pedirá da Igreja uma presença mais efetiva e evangélica no mundo”²⁸⁰, marcada pela comunhão de pessoas que se amam em Cristo, como filhos do mesmo Pai, que dialogam com todos os setores da sociedade.

2.5.2

CEBs: um retrato da primeira comunidade

Desde a Conferência de Medellín, passando por Puebla e Santo Domingo, percebe-se na Igreja da AL “um grande anseio de justiça e um sincero sentimento de solidariedade”²⁸¹ que, na prática, se concretizam nas pequenas comunidades eclesiais de base. Nelas há espaço para um maior inter-relacionamento pessoal, acolhimento da palavra de Deus, revisão de vida e reflexão sobre a realidade à luz do Evangelho de Jesus Cristo²⁸². As CEBs são, enfim, um espaço privilegiado para o exercício da solidariedade.

Nestas pequenas comunidades se reúnem cristãos dispostos a viver em comunhão solidária. Buscam inspiração na comunidade dos primeiros cristãos, conforme registra Lucas em Atos dos Apóstolos:

“Todos os fiéis, unidos, tinham tudo em comum; vendiam as suas propriedades e os seus bens e dividiam o preço entre todos, segundo as necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, assiduamente freqüentavam o Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração” (At 2,44-46). “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava

²⁸⁰ J. MARINS, art.cit., p. 413.

²⁸¹ Puebla, n. 622.

²⁸² Cf. Ibidem, n. 629.

seu o que possuía, mas tudo era comum entre eles. Não havia entre eles indigente algum” (At 4,32.34a).

A fraternidade e a solidariedade sustentam este “modo solidário de ser Igreja” cujo fundamento é Jesus Cristo. Embora a simpatia, o companheirismo, a missão e o compromisso com os pobres sejam importantes, é a fé em Cristo, em sua palavra e no Reino por ele proclamado que dá sustentação à eclesialidade das CEBs.

A exemplo dos primeiros cristãos, os participantes das CEBs buscam seguir Jesus Cristo morto e ressuscitado e o colocam no centro da vida da comunidade; quanto mais os cristãos se aproximam dele, tanto mais se tornam solidários uns aos outros.

O Espírito que desceu sobre a primeira comunidade reunida em Jerusalém, no Pentecostes cristão, para confirmar os discípulos e discípulas em missão no mundo, é o mesmo que hoje, dois mil anos após, dá origem e sustentação às CEBs.

Assim, os dois pilares que apoiam a Igreja são a *Páscoa* de Jesus Cristo e o *Pentecostes* do Espírito Santo. Sem Cristo a Igreja não se encarna na história e sem o Espírito de Deus perde todo o dinamismo comunitário de amor e solidariedade.

Entre os muitos modos de ser Igreja, estão as CEBs. Existem três elementos necessários para que estes “muitos modos” se caracterizem como Igreja: a fé em Jesus Cristo, os sacramentos, sinais visíveis da presença de Cristo, a comunhão com toda a Igreja e o “compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive”²⁸³. Portanto, a comunhão de várias comunidades é que forma a única Igreja de Jesus Cristo.

Dom Aldo Gerna, bispo de São Mateus, ES, por ocasião do 5º encontro intereclesial das comunidades eclesiais de base, realizado em Canindé, CE, deu o seguinte testemunho a respeito das CEBs: “elas são o novo modo de ser Igreja que o Espírito Santo está suscitando. São instrumento do Reino de Deus para fazer surgir o novo tipo de sociedade. Creio neste modo de ser Igreja”²⁸⁴.

O que têm as CEBs de específico em relação a outros modos de ser comunidade? Primeiro, a vontade de viver de modo mais intenso o compromisso

²⁸³ Ibidem, n. 640.

²⁸⁴ Frei BETTO, *CEBs: Rumo à nova sociedade – O 5º encontro intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo, Paulinas, 1983, p. 66-67.

com o ideal da vida fraterna e comunitária em meio às diferenças culturais e religiosas. As CEBs favorecem a vida comunitária, fortalecem o espírito fraterno e participativo e ajudam a Igreja a se tornar uma “Igreja de comunhão e participação”²⁸⁵. Por isso podem ser chamadas de “um modo solidário de ser Igreja”.

As paróquias de hoje já não favorecem este tipo de Igreja por causa da massificação. O individualismo, herança da modernidade ou pós-modernidade, invade a Igreja, deixando suas marcas. Numa celebração eucarística as pessoas sentam-se umas ao lado das outras sem se conhecerem. Cada um se encontra ali para confortar sua própria vida sem nenhum compromisso com o outro. Levando-se em conta os aspectos comunitários e sociais, onde os cristãos deveriam estar testemunhando o amor de Deus, há quase total ausência de solidariedade.

As paróquias teriam que se transformar em espaços onde fosse possível o desenvolvimento de comunidades e movimentos solidários. Constituiriam uma comunidade que pudesse possibilitar e viabilizar o surgimento de comunidades ou acolher as já constituídas²⁸⁶. “Comunidade de comunidades” é o que os bispos do mundo propuseram no Sínodo sobre os leigos em 1987, e o que repetiram os bispos da AL e Caribe reunidos em Santo Domingo, em 1992.

As CEBs tornam-se um símbolo para a Igreja toda e um estímulo para a vivência fraterna e solidária dentro dela mesma e na sociedade. Não se consideram a única comunidade verdadeira. Estão abertas para outros modos de ser Igreja, aprendendo como discipula e ensinando como mestra. Sua originalidade maior está no serviço aos pobres²⁸⁷.

Além de sua missão evangelizadora, as CEBs realizam, por sua prática, uma missão sócio-libertadora. Comprometidas com os pobres, buscam com eles a transformação das estruturas sociais²⁸⁸. Os cristãos destas comunidades procuram uma vida mais evangélica no meio do povo, questionando as raízes egoístas do consumismo e explicitando a comunhão com Deus e com as pessoas mais necessitadas, contribuindo assim para a construção de uma nova sociedade²⁸⁹.

²⁸⁵ Puebla, n. 644.

²⁸⁶ Cf. *Ibidem*, n. 644.

²⁸⁷ Cf. *Ibidem*, n. 643.

²⁸⁸ Cf. C. BOFF, *CEBs: Igreja de comunhão e participação*, In: *CEBs: povo de Deus – 2000 anos de caminhada*, Paulo Afonso, Fonte Nova, 1999, p. 106-108.

²⁸⁹ Cf. Puebla, n. 642.

2.5.3

CEBs: Solidariedade e compromisso

Diante da situação de miséria, os pobres começam a se organizar. E vão aos poucos descobrindo sua força. Geram fatos concretos de libertação nos movimentos de libertação representados pelos organismos de solidariedade em relação aos direitos humanos, à terra, à saúde, à moradia, à liberdade, ao trabalho e à organização política e à experiência das CEBs.

Desde os anos 1970, têm sido o modelo que melhor se adaptou à inserção da Igreja no meio dos pobres de uma forma solidária. Sua presença nas ruas, nos bairros, nos morros e nas áreas rurais tem fortalecido a luta dos pobres contra a miséria e a discriminação. Nas celebrações, encontros e assembléias estas comunidades expressam sua denúncia contra todo tipo de injustiças cometidas contra os pobres e anunciam uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária²⁹⁰.

Nas CEBs os pobres tomam consciência de seu valor, abandonam a postura submissa, inferiorizada e dependente diante de autoridades religiosas ou políticas. Aprendem a se organizar solidariamente sem a tutela interesseira dos que detêm o poder.

A Bíblia, como palavra de Deus encarnada na vida e na história do povo, ocupa um lugar muito importante dentro destas comunidades. Ela é interpretada e vivida a partir do contexto sócio-político-religioso dos seus participantes, o que permite o desenvolvimento da consciência crítica e cristã diante desta situação²⁹¹. Quando a comunidade se reúne para celebrar, eleva a Deus sua súplica e seu louvor, com gestos, em silêncio ou cantando, escuta a Palavra e reparte o alimento que necessita para prosseguir no caminho do Reino²⁹². Neste lugar de encontro com Deus, são importantes a mesa da Palavra como expressão da comunhão da comunidade com Deus e a mesa do Pão exprimindo a comunhão entre os irmãos.

“A Igreja deve ser sinal e instrumento para a transformação da sociedade”²⁹³. Trata-se de duas dimensões inseparáveis da vocação da Igreja como

²⁹⁰ Cf. I. LESBAUPIN, Comunidades que lutam pela justiça, In: *CEBs: povo de Deus, 2000 anos de caminhada*, Paulo Afonso, Fonte Nova, 1999, p. 86-87.

²⁹¹ Cf. *Ibidem*, p. 89-90.

²⁹² Cf. R. MUÑOZ, *Evangelho e libertação na América Latina: A teologia pastoral de Puebla*. São Paulo, Paulinas, 1981, p. 145-146.

²⁹³ Puebla, n. 567.

sacramento do Reino de Deus na história; sacramento do encontro e da comunhão de Deus com as pessoas e das pessoas entre si unidas no Espírito de Cristo²⁹⁴.

A partir do crescimento desta consciência, as pessoas se unem para enfrentar os problemas que ameaçam a dignidade e a vida do povo, como por exemplo, a falta de moradia, água, saneamento básico, escolas, assistência à saúde, as precárias condições dos transportes coletivos nas periferias das grandes cidades e a concentração das terras nas mãos de uma minoria privilegiada.

A mística cristã dos participantes deste modelo de Igreja contribui para o crescimento da solidariedade nos movimentos populares, nas associações de moradores, nos sindicatos e até na luta político-partidária. Os pobres e excluídos vão ganhando espaços, seu clamor por justiça chega aos ouvidos de Deus e daqueles que nele acreditam de verdade²⁹⁵.

Os membros das CEBs atuam de forma eficaz e intensa nas pastorais sociais da Igreja como a pastoral operária, da terra, indígena, da saúde, da criança, dos pescadores e outras que se empenham pela melhoria da qualidade de vida dos pobres. Sua presença e atuação é marcante nos grandes eventos como a Semana Social, o Grito dos Excluídos e as Romarias da Terra.

Em alguns cidades do Brasil, os participantes destas comunidades têm exercido importante papel nos Conselhos Municipais ligados às áreas da saúde, da criança, do adolescente, da educação, da assistência social e, em alguns municípios, até do orçamento participativo. A Igreja tem se tornado assim um importante canal de participação na sociedade civil e junto aos governos, influenciando nas decisões e na escolha das prioridades.

Quanto à participação dos membros das CEBs nos partidos políticos, é importante ressaltar sua contribuição para o fortalecimento da democracia, da ética na ação sócio-política, para a conquista de leis mais justas em benefício dos pobres e na denúncia de projetos injustos capazes de arruinar ainda mais a vida dos menos favorecidos²⁹⁶. Na AL, os agentes de pastorais leigos são enviados não somente para exercer seu ministério dentro das comunidades, mas também na

²⁹⁴ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 146-148.

²⁹⁵ Cf. I. LESBAUPIN, *op.cit.*, p. 90-91.

²⁹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 94-96.

sociedade, para refazerem, de acordo com o plano de Deus, as estruturas sociais, econômicas e políticas que massacram os pobres²⁹⁷.

A mística que está na base das CEBs é a fé, fonte profunda que sacia a sede dos que buscam melhores condições de vida e justiça para todos. A utopia – o que ainda não existe, mas é possível de se realizar – sustenta a caminhada das comunidades alimentando sua esperança. Aquilo que almejam e esperam experimentam, em meio a muitas dificuldades, a fraternidade, a solidariedade comunitária e o apoio na luta pela transformação da sociedade em uma “terra sem males”²⁹⁸.

Desde 1970, há uma forte presença dos participantes destas comunidades eclesiais nos movimentos populares e, a partir de 1980, nos partidos políticos comprometidos com as causas da população empobrecida. A contribuição específica das CEBs a estes movimentos e partidos é acreditar na capacidade do povo ser sujeito de transformação da sociedade mediante sua organização, mobilização e emancipação, isto é, sua capacidade de “andar com os próprios pés” e “pensar com a própria cabeça”. A experiência eclesial e democrática vivenciada nestas comunidades foi levada para dentro dos movimentos populares e sociais. Grande foi sua contribuição no campo da ética sócio-política²⁹⁹.

2.5.3.1.

CEBs e movimentos populares em crise

Os anos de 1990, marcados pela hegemonia do sistema econômico neoliberal e pela exclusão social, abalaram a esperança dos movimentos populares e sociais que acreditavam e buscavam uma transformação social. Este clima de perplexidade também entrou nas CEBs³⁰⁰.

Contando com a colaboração dos meios de comunicação social que silenciavam a voz dos trabalhadores mais necessitados, a hegemonia do sistema

²⁹⁷ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 162-164; cf. também Puebla, n. 786-787 e 154.

²⁹⁸ Cf. I. LESBAUPIN, *op.cit.*, p. 97-98.

²⁹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 98-99.

³⁰⁰ Cf. *Ibidem*, p. 100-102. A queda do socialismo real – derrota dos sandinistas na Nicarágua e do socialismo no leste europeu em 1989 e na União Soviética em 1991 – deu a impressão de uma vitória total do capitalismo que tantos males tem causado aos pobres.

A onda neoliberal trouxe como herança um esvaziamento na maioria dos movimentos populares e sociais. Com a recessão econômica e o risco do desemprego, os sindicatos dos trabalhadores passaram a aceitar as péssimas condições de trabalho, inclusive a redução dos salários para evitar o pior: o desemprego. Com a redução dos salários, muitos trabalhadores tiveram que buscar outras alternativas para sustentar suas famílias. Com isso foi diminuído o tempo disponível para as reuniões, organização e mobilização.

neoliberal criou um clima de desânimo entre aqueles que acreditavam e lutavam pela transformação social.

Apesar deste clima pesado e sombrio, as comunidades mantiveram-se em profunda confiança na construção de uma nova sociedade, mais justa e solidária. Inspirando-se no Evangelho de Jesus Cristo e na experiência dos primeiros cristãos, as CEBs continuam tomando iniciativas solidárias, mantendo-se unidas na luta pela justiça e no compromisso libertador.

Ao lado dos sinais de fracasso do sistema capitalista neoliberal, crescia a consciência crítica e a reação dos trabalhadores e excluídos. O aparecimento de alternativas ao neoliberalismo tem favorecido uma política econômica diferente que possibilita a geração de empregos, a realização da reforma agrária e a redistribuição da renda de forma justa para que todos possam levar uma vida digna.

Nas CEBs, como nas primeiras comunidades cristãs, a fé anima a esperança e sustenta a luta contra toda injustiça e exclusão social. Aí se celebra o fim da opressão, da mentira institucionalizada, e, em meio às dificuldades, a utopia de uma nova ordem social baseada na verdade e na justiça.

2.5.4

CEBs: “Bases” diferentes e complementares de uma Igreja Solidária

O teólogo C. Boff distingue quatro “bases” diferentes e complementares nas CEBs:

a) *Base celular*: Os Bispos de Medellín afirmavam que as CEBs eram uma “célula inicial de estruturação eclesial” e “o primeiro e fundamental núcleo eclesial”³⁰¹. Para os membros das CEBs, base é sinônimo de fundamento e princípio. Este fundamento e princípio é Jesus Cristo, o Evangelho anunciado e vivido na força do Espírito Santo. Este é o significado teológico de base³⁰². As CEBs “são dentro da Igreja pontos de condensação e de irradiação da eclesialidade”. Trata-se de um novo modo de ser Igreja caracterizado por novas práticas. Elas contribuem assim para um novo modo de ler a Bíblia, de rezar, celebrar e organizar os ministérios, de fazer missão, teologia, trabalho social, política e cultura³⁰³.

³⁰¹ Cf. Medellín, *Pastoral de Conjunto*, n. 10.

³⁰² Cf. L. BOFF, *E a Igreja se fez povo. Eclesiogênese: A igreja que nasce da fé do povo*, Petrópolis, Vozes, 1986, p. 84-85.

³⁰³ Cf. C. BOFF, art.cit., p. 108-109.

b) *Base elementar*: Nas CEBs os participantes recebem os fundamentos da fé cristã. A educação elementar da fé não é mais passada pelas famílias e nem pode ser encontrada na sociedade moderna, pois estas encontram-se hoje secularizadas. Portanto, estas comunidades possibilitam: a descoberta de Jesus Cristo, o amor à palavra de Deus, a recepção dos sacramentos de iniciação, a vivência da fraternidade, a caridade com o próximo, o amor preferencial pelos pobres e o sentido da solidariedade e da justiça social³⁰⁴. Ver a realidade do povo, julgá-la à luz dos critérios evangélicos e agir para transformar a situação de injustiça, é definido por L. Boff como “a significação pedagógica de base”³⁰⁵.

c) *Base laical*: As CEBs se caracterizam como Igreja de “base” porque são integradas por leigos e leigas que vivem solidariamente, tratando-se como irmãos e irmãs e sentindo-se sujeitos e participantes de toda a vida da Igreja. As mulheres ocupam um lugar muito importante dentro destas comunidades. Aí descobrem sua dignidade e promovem sua feminilidade aberta aos companheiros homens, aos valores da família e dos filhos e às outras mulheres da sociedade. No lugar do poder e dominação entram o serviço e a solidariedade³⁰⁶. L. Boff vê neste aspecto a significação antropológica de base.

d) *Base popular*: Os membros das CEBs entendem base como algo que está na posição oposta à cúpula da Igreja e da sociedade. Na base estão os pobres e destituídos de poder. Este é um significado sociológico de base³⁰⁷. Estas comunidades são, pois, compostas de gente trabalhadora e pobre que está na base da sociedade. Representam a “Igreja dos pobres” (João XXIII), que fez “opção preferencial pelos pobres” e os pobres que fizeram “opção preferencial” pela Igreja como sacramento de Cristo no mundo³⁰⁸.

Estes quatro aspectos das CEBs traduzem o que se poderia chamar de “solidariedade eclesial”.

2.5.5

CEBs: Solidariedade e serviço

O modelo da comunidade eclesial como “Corpo de Cristo”, valoriza as atividades de cada membro participante que coloca seu carisma, seu dom a serviço

³⁰⁴ Cf. *Ibidem*, p. 109-110.

³⁰⁵ Cf. L. BOFF, *E a Igreja se fez povo*, op.cit., p. 85.

³⁰⁶ Cf. *Ibidem*, p. 110.

³⁰⁷ Cf. L. Boff, *E a Igreja se fez povo*, op.cit., p. 85.

³⁰⁸ Cf. C. Boff, op.cit., p. 111.

dos outros. O apóstolo Paulo ensina que os carismas existem em vista do bem comum (cf. 1Cor 12,7). Pedro ensina que, como “dispenseiros da multiforme graça de Deus”, cada um deve colocar à disposição dos outros o carisma que recebeu” (cf. 1Pd 4,10).

Os dons que cada pessoa recebe, quando colocados em favor dos irmãos e irmãs e não como poder que domina, fazem crescer a solidariedade na comunidade, não a competição. Contra a tentação do autoritarismo e da competição na comunidade dos servidores, Jesus fez a seguinte advertência aos discípulos: “Sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam. Entre vós não deverá ser assim: ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos” (Mc 10,42-44).

Os participantes das CEBs empenham-se no seguimento de Jesus Cristo que “... não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos” (Mc 10,45). O poder deve ser exercido como serviço, não como dominação. O testemunho destas comunidades ajudam a Igreja toda a superar a estrutura piramidal que ainda hoje existe, em troca de uma estrutura mais dinâmica, participativa, fraterna e solidária.

Conclusão

Diante de novas conjunturas, surgem novos desafios pastorais que exigem reordenação de toda ação da Igreja. A começar pela reformulação da teologia, tudo tem que ser revisto e atualizado, como, por exemplo, o método de evangelização, a catequese, a liturgia etc.

Neste capítulo procurei demonstrar alguns aspectos da resposta que a Igreja latino-americana vem dando aos desafios que surgem a partir de cada nova conjuntura que aparece. Entre os principais desafios destes últimos tempos, podem ser vistos a exclusão social das grandes massas de empobrecidos.

A modernidade, com suas novidades tecnológicas, não tem contribuído para o bem estar social dos empobrecidos, ao contrário, aumentando a distância entre ricos e pobres, fez crescer o número dos social e economicamente excluídos.

O cultivo do subjetivismo, da mentalidade consumista e o crescimento do pluralismo ético e religioso têm dividido as pessoas, dificultando as iniciativas humanitárias e comunitárias em grandes parcelas da população. Este fenômeno

tem se tornado um grande desafio para a teologia e para a ação pastoral da Igreja da AL.

Porém, em meio a tantas dificuldades, nossa Igreja tem se mantido otimista e apresentado perspectivas de mudanças. A possibilidade de um mundo diferente, que resgate a dignidade das pessoas, tem sido fomentada pelos movimentos populares e sociais de resistência. Estes são acolhidos e assumidos pela Igreja como “sinais dos tempos”. Esta atitude da comunidade eclesial demonstra sua solidariedade no compromisso com a justiça e a libertação do povo.

Somos herdeiros de uma Igreja solidária que, desde o Concílio Vaticano II, vem se empenhando na libertação integral do ser humano. Prova disso são: o ensino social da Igreja, as Campanhas da Fraternidade, especialmente no Brasil, a redescoberta da Bíblia como fonte do amor e da solidariedade de nosso Deus para com toda a humanidade, e, enfim, a experiência das CEBs que, iluminadas pela Palavra, se empenham no serviço comprometido e libertador, expressando assim um modo solidário de ser Igreja.

Em conformidade com o magistério da Igreja e em continuidade com as Conferências de Medellín, Puebla e Santo Domingo, a Igreja latino-americana deverá reafirmar sua opção preferencial e solidária pelos pobres deste Continente de excluídos. Esta opção fundamenta-se essencialmente na palavra de Deus e no seguimento de Jesus Cristo como caminho para a solidariedade.

No terceiro capítulo do presente trabalho procuro fundamentar a solidariedade eclesial na palavra de Deus revelada na história de Israel, na vida de Jesus Cristo, na experiência comunitária dos primeiros cristãos, no magistério da Igreja universal e latino-americana e, enfim, na vivência das comunidades eclesiais que testemunham o amor e a solidariedade de Deus Pai e de Jesus Cristo no serviço aos irmãos e irmãs como contribuição para uma Igreja solidária hoje.